

A PAISAGEM COMO POSSIBILIDADE DE LEITURA POLÍTICA DO MUNDO

Perspectivas interdisciplinares entre Geografia, Arquitetura e Filosofia

LANDSCAPE AS A POSSIBILITY
FOR POLITICAL READING OF THE WORLD
*Interdisciplinary perspectives between Geography,
Architecture and Philosophy*

Yuri Potrich Zanatta¹

Resumo

A paisagem é um conceito amplamente difundido em diversos campos do conhecimento, não só nas ciências, mas também nas artes e no uso comum. Esse ensaio objetiva discutir o papel da paisagem como possibilidade de leitura política do mundo, abordando autores dos campos da Geografia, Arquitetura e Filosofia. Através dessa leitura interdisciplinar, apontamos para a potencialidade desse conceito enquanto elemento que promove um olhar renovado na leitura e intervenção do território, carregado de compromissos sociais que nos levam a outros modos de interpretar e produzir espaços. Entendemos que, em uma lógica de produção homogeneizante do espaço, para além de um instrumento de projeto, a paisagem também pode ser um ato de posicionamento ético, moral e estético sobre as dinâmicas sociais, tornando-se elemento político quando, a partir dela, olhamos para nós mesmos e nosso papel no mundo, valorizando os patrimônios, as culturas e os indivíduos que constituem a sociedade.

Palavras-chave: paisagem, percepção do espaço, estética, arte, teoria e crítica.

Abstract

Landscape is a concept widely disseminated in different fields of knowledge, not only in science, but also in the arts and in common use. This essay aims to discuss the role of landscape as a possibility for a political reading of the world, through the articulation of authors from the fields of Geography, Architecture and Philosophy. Through this interdisciplinary reading, we point to the potential of this concept as an element that promotes a renewed look at the reading and intervention of the territory, loaded with social commitments that lead us to other ways of interpreting and producing spaces. We understand that, in a logic of homogenizing production of space, in addition to being a design instrument, landscape can also be an act of ethical, moral and aesthetic positioning on social dynamics, becoming a political element when, based on it, we look at ourselves and our role in the world, valuing the heritage, cultures and individuals that make up society.

Keywords: landscape, perception of space, aesthetics, art, theory and criticism.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU/UFES), com bolsa FAPES. Graduado em Arquitetura e Urbanismo e Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFFS). Durante o mestrado, foi bolsista UFFS. Investiga relações interdisciplinares entre paisagem e patrimônio como elementos de desenvolvimento regional em áreas de fronteira, através do conceito de "raia". Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana (GENVI/UFFS) e do Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento Territorial (Patri_Lab/UFES). E-mail: yuripotrichzanatta@hotmail.com.

Introdução

O presente trabalho caracteriza um ensaio que objetiva discutir o papel da paisagem como possibilidade de leitura política do mundo, abordando perspectivas interdisciplinares de diferentes campos científico. O texto nasce do recorte de um capítulo teórico de uma dissertação de mestrado em Geografia², elaborada por um arquiteto urbanista e influenciado por leituras da Filosofia, sobretudo a área da estética da paisagem³.

A paisagem, enquanto abordagem científica, é um termo utilizado por diferentes campos do conhecimento. Facilmente encontraremos esse termo nas artes pictóricas, nas críticas dos historiadores de arte, em estudos de literatura, nos trabalhos de arqueologia, nas leituras espaciais de geógrafos e nos projetos de planejamento dos arquitetos (Claval, 2014). Altamente polissêmica, seus sentidos variam de acordo com cada pesquisa e o seu significado é moldado pela escolha do referencial teórico utilizado. Temos abordagens paisagísticas que tratam desde estudos físico-ambientais, passando por pesquisas que envolvem a percepção do espaço vivido, até a sua discussão enquanto memória e elemento patrimonial das sociedades. Na interpretação de Besse (2014, p. 21), essa diversidade de estudos e disciplinas que abordam a temática têm em comum a ideia de que a paisagem é "[...] como um texto humano a ser decifrado", isso é, a paisagem diz respeito à atuação do homem no espaço, seja a transformação morfológica dos recursos naturais ou os signos e significados atribuídos aos lugares.

Portanto, estudar a paisagem é uma tarefa complexa, visto que se trata de um conceito polissêmico e amplamente difundido. Mas, por essa mesma complexidade, dificilmente não encontraremos no conceito de paisagem os aportes necessários para nossas pesquisas. A paisagem, sobretudo, fala da nossa relação com o mundo e da maneira como vivemos enquanto indivíduo e coletivo. Entretanto, muitas vezes as pesquisas da paisagem não vão além daquilo que se vê, isso é, não há uma discussão maior sobre o papel do que vemos no funcionamento da sociedade. Em vista disso, nesse trabalho abordaremos diferentes noções desse conceito para argumentar que a paisagem pode ser tomada como uma leitura política do mundo, um potencial de interpretação espacial que leva em conta a vida, as relações sociais entre os indivíduos e a análise crítica sobre a atuação da humanidade no planeta.

Metodologicamente, esse trabalho se enquadra como revisão de literatura. Iniciaremos o texto abordando a entrada do conceito de paisagem nas ciências, sobretudo pelos campos da Geografia e da Arquitetura. Não faremos uma historicidade do conceito, mas apontaremos como o tema foi tratado ao longo das diferentes fases desses campos científicos. Posteriormente, buscaremos em autores da estética da paisagem algumas dimensões que não são totalmente entendidas pelas abordagens anteriores. Depois,

² Dissertação intitulada "Paisagem, patrimônio e políticas públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai" (Zanatta, 2022), defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (PPGGeo/UFFS).

³ A estética é um dos ramos tradicionais da filosofia, primeiramente utilizado por Baumgarten no século XVIII para referir-se ao estudo da sensação e do gosto subjetivo, uma "ciência do belo". Em Kant, é tratada como a ciência dos princípios da sensibilidade, uma crítica do gosto, não necessariamente do "belo"; além de ser utilizada como chave interpretativa para distinguir o belo da natureza e o belo do espírito. Em Hegel, é estudada conjuntamente aos problemas da arte enquanto obra do espírito a partir do real, isso é, a manifestação sensível da ideia. Enquanto alguns autores defendem a estética subjetiva, psicológica, acreditando que o belo está no homem e ele o empresta às coisas, outros formulam o postulado de que o belo pode ser encontrado em alguns objetos, procurando fora do sujeito uma estética objetiva. Na contemporaneidade, a estética na Filosofia é caracterizada por uma grande gama de correntes com teorias particulares (Abbagnano, 2007; Japiassú; Marcondes, 2008; Santos, 2008). Para a construção do nosso trabalho, trataremos da estética da natureza pelo componente da paisagem, abordando autores como Georg Simmel, Rosario Assunto e Adriana Veríssimo Serrão.

traremos à discussão a ideia da paisagem como componente da existência humana, atribuindo à sua apreciação estética um estatuto ético e político. Por fim, refletiremos como esse conceito pode contribuir à formação de valores morais e culturais na sociedade através da educação paisagística na interpretação dos espaços e territórios da vida humana.

Paisagem entre Geografia, Arquitetura e Filosofia

A paisagem é um conceito que adentra o campo científico no século XIX através da divisão positivista das ciências, quando a Geografia se tornou o campo de estudo da superfície da Terra e dos seus aspectos físicos e humanos, tendo o espaço, o lugar, o território, a região e a paisagem como conceitos balizadores (Silva; Oliveira, 2015). Inicialmente, a paisagem apresentava dois sentidos fundamentais: um primeiro ligado à escola alemã, que aborda a paisagem enquanto agrupamento de fatores geográficos em unidades especiais (leitura morfológica do ambiente natural); e um segundo sentido na escola francesa, que desenvolve seu caráter processual, destacando o funcionamento da paisagem a partir de diferentes fatores e condicionantes que nela atuam (Schier, 2003; Moura-Fé, 2014).

Entre os naturalistas alemães, desenvolveu-se um método de trabalho embasado na “cartografia geomorfológica” (Maciel; Lima, 2011). Já Moura-Fé (2014) denomina essa corrente de trabalho como Perspectiva Morfológica, pois baseava-se no estudo da relação do ser humano com a natureza, tendo como ponto de análise os aspectos físico-naturais das paisagens por uma abordagem estético-descritiva. O autor também explica que Humboldt, considerado o precursor dos estudos de paisagem na Geografia, utilizava um método de “empirismo raciocinado”, baseado na “intuição” da observação - através da contemplação estética e a observação sistemática dos elementos que compunham determinada paisagem, essa causaria uma impressão no observador que levaria à explicação das causalidades e conexões contidas no território. Silveira e Vitte (2009) explicam que a paisagem de Humboldt é produto de legados filosóficos, científicos e artísticos, produzindo uma perspectiva estética e fisionômica que valoriza o papel do sujeito na construção da cena contemplada, aliado à configuração fisionômica da disposição geográfica dos elementos da paisagem. Em Ritter, a Geografia é tratada como uma ciência enciclopédica, que descreve os sistemas presentes nas paisagens e busca organizar os estudos sobre países e regiões. Em Ratzel, o conceito assume uma abordagem antropogênica, estudando as relações causais da natureza e a maneira com que essas influenciam o ser humano (Barbosa; Gonçalves, 2014).

Os soviéticos teriam abordado a paisagem principalmente pelo seu viés natural, cujo propósito era a identificação, classificação e cartografia de unidades naturais. São famosas as suas contribuições através de modelos sistêmicos de mapeamento dos elementos da natureza em diferentes escalas de análise. Destacam-se a Teoria dos Geossistemas, um modelo teórico-conceitual destinado à identificação, interpretação e classificação de unidades taxonômicas (Silva; Oliveira, 2015), e o Complexo Natural Territorial (CNT), baseado na interpretação dos processos físicos, químicos e bióticos, onde o solo é um produto da interação entre relevo, clima e vegetação, sendo essa capaz de diferenciar tipologias e unidades de paisagem (Maciel; Lima, 2011).

A escola francesa desenvolveu a noção de paisagem atrelado à ideia de região, com destaque a Vidal de La Blache, que aplicava essa perspectiva a conjuntos físicos, climáticos ou aos domínios da vegetação (Maciel; Lima, 2011). Dessa forma, a relação ser humano-natureza estava ligada ao concreto e ao regional, sob uma óptica de relações mútuas entre o humano e o ambiente físico, sem estabelecer limites entre fenômenos naturais e culturais pois essas duas instâncias se interpenetram nas leituras

regionais (Schier, 2003).

Entre pesquisadores anglo-saxões/anglo-americanos, a perspectiva que se destacou foi a visão culturalista, através do entendimento de que a paisagem era formada quando o ser humano interagiu com a natureza a partir dos seus aspectos culturais, numa visão unitária (Barbosa; Gonçalves, 2014). O principal expoente é creditado a Carl Sauer, que trabalhava a compreensão dessa categoria como elo integrador de fatores naturais e sociais, um organismo complexo composto por formas e sistemas, onde o conteúdo da paisagem era dividido entre o “sítio” (a somatória dos recursos naturais) e a expressão cultural (a marca da ação humana em determinada área) (Maciel; Lima, 2011).

Portanto, na Geografia clássica, Barbosa e Gonçalves (2014) sintetizam que a paisagem aparece associada a três significados fundamentais. O primeiro estaria relacionado ao arranjo fisionômico das características biofísicas e humanas de uma área. O segundo, à extensão do terreno perceptível a partir de um lugar (o lance de vista). E o terceiro, à percepção subjetiva de um cenário ou cena, bem como às suas representações em pinturas e fotografias. Suertegaray (2001, p. 4) afirma que a Geografia clássica trata a paisagem como “a expressão materializada do homem na natureza num espaço circunscrito”. Tratava-se, portanto, de uma paisagem apreendida do exterior (Claval, 2014). Nesse sentido, a paisagem surge, na Geografia,

[...] sob influência da noção evolutiva da paisagem pitoresca, de representar cenários da natureza através da pintura, e da arte de ornamentação de jardins, mas também de sua noção literária, associada a uma concepção estética, assumindo nessa ciência caráter **estético-descritivo**, considerando a morfogênese e a magnitude dos objetos para fins de **classificação dos elementos da natureza** (Barbosa; Gonçalves, 2014, p. 96, grifos nossos).

Para Besse (2006), a paisagem se torna fator importante para a Geografia pois ela evidencia a experiência sensível da Terra com o espaço aberto, o espaço a ser percorrido, o solo universal da existência humana. Ela é o espaço objetivo da existência do Homem, mais do que a meramente a vista abarcada por um sujeito. Verdum, Vieira e Pimentel (2016) afirmam que até a primeira metade do século XX os estudos sobre paisagem priorizavam sua morfologia, a paisagem concreta, mas, com a virada cultural da Geografia, a partir do final dos anos 1960 ganha destaque o aspecto simbólico da paisagem, a paisagem-fenômeno. Com essa nova perspectiva em voga, a paisagem assume significados tão amplos que começa a ser empregada a quase todo objeto de estudo, ocasionando uma grande ampliação do conceito:

Fala-se, atualmente, das paisagens sonoras, mas também da paisagem dos sabores, ou até das paisagens tácteis, no âmbito de uma reflexão geral que insiste na dimensão da polissensorialidade própria das experiências paisagísticas. Na mesma ordem de ideias, o desenvolvimento da mídia – como a fotografia e o cinema – e o das técnicas digitais de gravação, de fabricação e de reprodução dos sons e das imagens levaram a considerar outros tipos de paisagens, que se avizinhavam dos universos da imaterialidade e da virtualidade e que, de qualquer forma, vão além das tradicionais referências à pictorialidade (Besse, 2014, p. 9).

Portanto, nos anos 1970, a paisagem passa a interessar aos geógrafos também pela maneira como ela modifica as interações humanas, visto que “o indivíduo não é indiferente ao que vê [...]”. A paisagem não é talhada por aquele que a habita ou visita. Ela

faz, de certa forma, parte do seu ser” (Claval, 2014, p. 235). Dessa maneira, o clima, a vegetação e demais instâncias materiais e imateriais têm o poder de modificar o estado de espírito dos indivíduos. Claval também desenvolve que a paisagem é semeada por símbolos. Esses podem ser concebidos e instaurados simbolicamente desde sua gênese (igrejas, templos, estupas, monumentos, marcos), enquanto outros adquirem seu valor simbólico “por derivação” (modos de apropriar-se do espaço, construindo lugares comuns a determinada cultura e indicadores espaciais que definem até onde vai o território dominado por algum grupo social). Dessa forma, o autor aponta que a paisagem passa a ser compreendida a partir das relações complexas que os homens alimentam com ela.

Cosgrove (2012) é outro autor da Geografia que entra nesse domínio de discussão, ao afirmar que todas as paisagens possuem significados simbólicos pois são produtos da apropriação e da transformação do ambiente pelo ser humano. A isso, o autor explica que:

Na paisagem, o bosque sagrado ou a fonte sagrada, o local da batalha que afundou ou salvou uma nação, são lugares de intenso significado cultural pelos quais os não iniciados passam. Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-presentar essa paisagem em um nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos. Uma vantagem que temos ao tratar a paisagem dessa maneira é que muitos de seus significados estão “naturalmente” encontrados no sentido de que seu ponto de partida é algo comum à nossa experiência, na medida em que somos parte da natureza, por exemplo, quando associamos o prado na primavera com o aparecimento de vida nova, ou o pomar do outono como melancolia (Cosgrove, 2012, p. 226).

Na interpretação de Corrêa (2011), essa perspectiva conceitual abordada por Cosgrove evidencia a sua máxima de que “a Geografia está em toda parte”. A partir de sua visão simbólica da paisagem, Cosgrove entende que ela pode ser analisada geograficamente em várias escalas, desde a região, a cidade ou o bairro, até um pequeno agrupamento de edifícios ou na escala de um monumento específico⁴.

Além disso, a paisagem também entra no campo da análise iconográfica, pois pode ser vista como “representação” do espaço devido à sua presença em fotografias ou pinturas. Passos (2013) explica que a fotografia ganha importância na representação da paisagem também com Vidal de La Blache, principalmente em sua obra “*La France. Tableau géographique*”, de 1908. Além disso, Passos desenvolve uma técnica de fotografia comentada, reforçando um método particular de análise que interpreta significados pela associação de textos e imagens, denominado “geo-foto-grafia”. Para ele, “a representação da paisagem, qualquer que seja sua natureza, é, pois, fortemente sugestiva. Trata-se, em geral, não de visualizar uma paisagem tal qual ela é, mas, de preferência, de representar certa ‘ideia’ dessa paisagem” (Passos, 2013, p. 202).

Cabe destacar também o sistema GTP (Geossistema-Território-Paisagem), elaborado por Georges Bertand e Claude Bertand (2002; 2004; 2009), que propõe integrar, em certa medida, análises próprias da Geografia física (geossistema), o debate político da apropriação do espaço (território) e a sua dimensão simbólica (paisagem). O

⁴ Cosgrove, inclusive, produz um estudo sobre as dimensões simbólicas presentes em um monumento que homenageia Vittorio Emanuele II, inaugurado em 1911, a partir da perspectiva da paisagem.

Geossistema (*source*) seria a caracterização do ponto de vista naturalista, analisando fatores geomorfológicos, climáticos e hidrológicos. O território (*ressource*) atentaria para as dinâmicas de apropriação, exploração, transformação e uso dos recursos naturais, isso é, o momento em que as fontes da natureza são apropriadas e utilizadas em projetos econômicos e dimensões políticas. A paisagem (*ressourcement*) seria então um produto dessas relações em interação com a subjetividade do pensamento humano e seus simbolismos ao analisar o território e a natureza. Dessa forma, o sistema GTP entende que a paisagem seria o resultado da subjetividade do olhar ao cruzar com a materialidade de um território (Metallié; Bertrand, 2006).

Como visto, a paisagem possui várias entradas conceituais e distintas abordagens teórico-metodológicas na ciência geográfica. Nessa seara, Cosgrove (2012, p. 224) considera que a paisagem se torna um conceito de abordagens únicas para a Geografia, pois, ao contrário do conceito de “lugar”, a paisagem insere o ser humano no esquema da natureza, e ao contrário dos conceitos de “meio ambiente” e “espaço”, ela “[...] lembra-nos que apenas por meio da consciência e da razão humanas esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar dela como seres humanos”. Nessa seara, Schier (2003) defende o poder da categoria da paisagem enquanto perspectiva interdisciplinar de leitura e interpretação do espaço, atentando para as potencialidades encontradas em diferentes campos científicos:

Assim, toma-se então que o olhar a partir de uma determinada abordagem constrói um filtro que ressalta o que essa abordagem propõe, e a paisagem, seja física ou cultural, exige uma filtragem mais ampla que, algumas vezes, foge até mesmo das questões geográficas mais clássicas, necessitando uma filtragem científica, cultural, filosófica, política, entre outras, mostrando um caráter multidisciplinar no seu estudo. Defende-se que, em muitos casos, a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas (Schier, 2003, p. 85).

Na arquitetura, a paisagem é um elemento presente há muitos séculos, no que tange ao projeto de jardins e parques, com seus aspectos morfológicos e estético-compositivos. Porém, a abordagem que conhecemos hoje data da segunda metade do século XX, quando os estudos sobre paisagem começaram a ter como ponto de debate a compreensão dos conflitos ambientais decorrentes do avanço acelerado dos processos de urbanização, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos da América (Macedo, 1993). Atualmente, nesse campo disciplinar, a paisagem é abordada como um instrumento de planejamento em diferentes escalas e ambientes: paisagismo, espaços públicos, parques, organização da cidade, zoneamento urbano, planejamento regional, áreas de transição (rodovias) e a percepção ambiental de maneira geral.

Silva e Oliveira (2015, p. 3, grifos nossos) entendem que “A importância da paisagem para o arquiteto vem da própria multiplicidade de sentidos deste conceito e da imensa gama de possibilidades que oferece à **reflexão** e à **ação** sobre o espaço”. Entendemos que, como imagem de uma organização espacial, a paisagem se transforma em um instrumento poderoso para o entendimento das dinâmicas de determinado espaço, mas também é um elemento de projeto. A paisagem também pode ser um instrumento metodológico, pois o arquiteto pode pensar as intervenções propostas a partir da construção de uma paisagem, desde um viés artístico, pela abordagem estético-compositiva, ou um viés funcional, a partir do estudo da morfologia do espaço e os seus reflexos na dinâmica urbana e ambiental.

Besse (2014) discute que, em um contexto de transformação das cidades, a paisagem é considerada, atualmente, um recurso para o urbanismo e para as estratégias de ordenamento espacial, ocupando lugar crucial nas preocupações sociais e políticas, pois expressa o quadro de vida oferecido às populações e também a identidade dos lugares. Para o autor, as paisagens “[...] são hoje tratadas no âmbito de uma reflexão mais geral sobre as cidades e a extensão suburbana, sobre os locais industriais e sua ocupação territorial, sobre as áreas industriais devolutas, sobre o impacto das instalações técnicas dedicadas ao transporte dos homens e das mercadorias ou, ainda, à produção e à circulação de energia” (p. 8).

Nesse campo do planejamento urbano e regional, a paisagem se liga intimamente à ideia da manifestação visual do espaço, diferenciando morfologias de apropriação. Macedo (1993) atribui três categorias de qualidade à paisagem: (1) ambiental, analisando as possibilidades de vida dos seres vivos e suas comunidades; (2) funcional, avaliando a eficiência do ambiente em atender o funcionamento da sociedade humana; e (3) estética, considerando valores sociais que as comunidades atribuem a determinado lugar. Levando em conta essas categorias, o autor propõe que as bases dos estudos para projetos de ocupação ou intervenção deveriam considerar alguns fatores paisagísticos e elenca uma série de condicionantes para a abordagem da paisagem no planejamento urbano: as características funcionais do suporte físico (as redes de drenagem e a suscetibilidade dos aquíferos à ação humana); as possibilidades de adaptação ao clima; as principais formas de vida dos ecossistemas e o seu valor no contexto regional ou nacional, atentando para o potencial de aproveitamento de seus recursos; os valores culturais atribuídos ao local e como eles influenciam o comportamento social; os padrões das ocupações antrópicas e sua relação com o suporte físico (porte, dimensionamento, tendências e possibilidades de expansão); a capacidade de processamento das estruturas ambientais a médio e curto prazo, isto é, avaliar o estoque e a produtividade dos recursos ambientais e sua capacidade de absorção e recuperação ao ser submetida a diferentes formas de exploração; e as características dos elementos da estrutura morfológica da paisagem, as diferentes formas de ocupação e os elementos naturais, considerando a excepcionalidade do valor paisagístico dentro de um contexto maior, ou seja, o que, naquele lugar, difere dos demais e pode ser explorado como marco que o coloca como único.

Além desses fatores, há também quem estuda a paisagem e o paisagismo a partir do sistema de espaços livres do ambiente urbano (praças, parques, ruas, espaços de transição entre edifícios). No âmbito das práticas acadêmicas e profissionais, a paisagem também está relacionada ao estudo de estratégias de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas ou à noção de sustentabilidade, abordando técnicas e tecnologias de infraestrutura verde e eficiência energética. Também há o debate sobre a apreensão do espaço urbano, parques e jardins, através do estudo morfológico dos ambientes (Kohlsdorf, 1996; Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2005; Lynch, 1960), isso é, como a configuração espacial e os elementos presentes na paisagem urbana influenciam a nossa percepção do espaço, gerando sentimentos adversos em distintas escalas de apreensão.

Nessa dimensão de apreensão morfológica, Macedo (1993) produz um contundente estudo sobre a paisagem como expressão das ocupações e transformações do ambiente no tempo. Assim, o autor considera que a paisagem é um produto e um sistema que leva em conta a percepção humana sobre o espaço:

[...] como **produto** porque é resultado de um processo social de ocupação e gestão de um território; e como um **sistema**, na medida que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá uma reação correspondente, no caso equivalendo ao surgimento de

uma alteração morfológica parcial ou total. Estas duas posturas se interpenetram e são totalmente dependentes uma da outra, como também é um fato, que toda paisagem está ligada a uma ótica de percepção humana, a um ponto de vista social e que sempre representa total ou parcialmente um ambiente (Macedo, 1993, p. 11, grifos do autor).

Percebemos, nessa passagem de Macedo, articulações com a perspectiva da paisagem marca-matriz, proposta por Berque (2004). O autor afirma que “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas também uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e o com a natureza” (p. 84-85, grifos do autor). Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada, apresentando-se como uma *geo-grafia* (a escrita da terra por uma sociedade). Como *matriz*, ela determina o olhar perceptivo, a apreensão e a experiência espacial, abarcando aspectos estéticos e políticos. A paisagem se desenha, na perspectiva de Berque, como um fator plurimodal, atuando como agente passivo-ativo-potencial: paisagem e sujeito (o sujeito coletivo, a sociedade) conformam um conjunto unitário, co-integrado, que se autoproduz e autorreproduz. A paisagem, portanto, se torna componente ativo das percepções e emoções humanas, influenciando a maneira como enxergamos o mundo à nossa volta. Besse (2014, p. 14, grifos nossos) discute essa perspectiva nos seguintes termos:

[...] o estudo de uma paisagem, real ou apenas representada, costuma ser identificado com o estudo de uma forma de pensamento ou de percepção “subjetiva” e, mais geralmente, uma expressão humana informada por códigos culturais determinados (discursos, valores etc.). É preciso retornar, por assim dizer, **ir aquém da própria paisagem**, para enxergar nela as razões de ser, na cultura e na vida social, de que é, de alguma forma, a encarnação. **A análise da paisagem consiste numa análise de categorias, de discursos, de sistemas filosóficos, estéticos, morais, que a paisagem deve pretensamente prolongar e refletir.** Não cabe diferenciar, a este respeito, a paisagem real da paisagem representada (em imagem ou em texto). *In situ* ou *in visu*, a natureza da paisagem não muda fundamentalmente. **Ela é sempre, por essência, uma expressão humana, um discurso, uma imagem, seja ela individual ou coletiva, seja ela encarnada numa tela, em papel ou no solo.**

Antes de passarmos à abordagem estética pelo campo da Filosofia, cabe desenvolver ainda o tema da percepção espacial aliada à noção de paisagem. Macedo (1993) afirma que todos os ambientes contêm paisagens, mas, as paisagens não representam um ambiente de maneira completa, pois são estruturas finitas e interpretadas a partir de determinada escala. A apreensão da paisagem depende do campo visual de análise que, por sua vez, possui limitações físicas que impedem que o observador tenha uma visão geral do espaço. Nesse sentido, a experiência com os ambientes se dá através de uma sequência de paisagens, que podem ser lidas e interpretadas de distintas maneiras: “[...] para o ser humano, a cada paisagem sempre sucederá uma outra e assim por diante” (Macedo, 1993, p. 11). Desse modo, os mecanismos de percepção e o ponto de observação se tornam fatores fundamentais para a leitura e interpretação da paisagem.

A isso, também temos o papel das cargas emocionais e subjetivas, o estado de espírito e a própria capacidade perceptiva do observador, que não só influenciam, mas determinam a apreensão do ambiente e a maneira como nos relacionamos com

ele. Para Vitte (2010), a nossa concepção do mundo é moldada a partir do modo com apreendemos os objetos, ou seja, as condições materiais e imateriais disponíveis na relação com o espaço. Há, portanto, uma consciência e uma intencionalidade por parte do sujeito na concepção de determinado espaço. Nessa seara de discussão, Silva (2022) entende que, sensivelmente, a interpretação que temos da paisagem é condicionada àquilo que sentimos e aos aspectos que, para nós, possuem algum significado. Para a autora, somos afetados de forma diferente pela mesma experiência espacial, e as paisagens culturais possuem o poder de nos tocar intrinsecamente a partir dessa experiência, inclusive afetando a nossa emoção ao entrar em contato com determinada paisagem:

A partir das falas, imagens, fotografias, comportamentos corporais, é possível entender a experiência emocional como intrínseca às relações espaciais. Pensando as categorias espaciais, podemos pensar as paisagens culturais como um resultado efetivo da experiência emocional, porque são parte do mundo expressivo e representativo da cultura humana. Entendemos que o processo imaginativo é parte fundante e constituinte das paisagens culturais e da sensibilidade estética. Portanto, há uma subjetividade fundamental que é chave da diferenciação espacial das paisagens culturais, cujo conteúdo emocional e imaginativo é intrínseco e força motriz (Silva, 2022, p. 246-247).

Perceber um ambiente perpassa a atividade de construir uma imagem mental, tendo por base a experiência e os objetivos do observador, além da capacidade perceptiva, isso é, os estímulos (visuais, sonoros, táteis, olfativos) que chegam aos órgãos sensoriais (Lynch, 1960). A construção dessa imagem mental integra o modo de conhecimento sensível e apoia-se em informações captadas pelos sentidos humanos (Kohlsdorf, 1996; Kohlsdorf; Kohlsdorf, 2005). Para Castro (2021), a observação “[...] é o processo do qual a paisagem se corporiza e ganha vida, adquire funções, valores, qualidades, sentidos”. “Observar” envolve, para a autora, processos mais complexos do que o simples “olhar” natural, inconsciente e mecânico. Observar implica ações de “atenção, querer, vontade”, isso é, intencionalidade, pois responde a um objetivo e um propósito, resultando em uma relação entre observador e observado.

Essa relação de intencionalidade transforma a interpretação da paisagem, caracterizando um ato dinâmico e múltiplo que leva em consideração a diversidade de olhares modelados por diferentes *backgrounds* (acadêmico, cultural, social, geográfico) que determinam a individualidade do ato do observador (Castro, 2021). Por isso, a percepção sempre será única para cada indivíduo e para cada momento em que um mesmo indivíduo passará por aquela paisagem. O tempo muda, a fauna e a flora se transformam, mas também o estado de espírito do observador, o humor, as referências de outras vivências paisagísticas, a companhia de outros indivíduos e o objetivo com o qual observamos fazem com que a experiência nunca se repita da mesma maneira, não importa quantas vezes observamos uma mesma paisagem.

No campo da filosofia, a noção da estética da paisagem aparece bastante associada ao debate sobre a natureza. Serrão (2013) nos explica que essa reflexão filosófica contemporânea sobre a essência da paisagem começou com Georg Simmel em 1913, quando o autor adotou a paisagem como uma unidade dentro de um todo único que é a Natureza. A Natureza, para Simmel, não possui cortes ou frações, é uma unidade indivisível: “Por natureza, entendemos o nexa infindo das coisas, a ininterrupta parturição e aniquilação das formas, a unidade ondeante do acontecer, que se expressa na continuidade da existência espacial e temporal” (Simmel, 2009, p. 5).

Porém, a natureza, lida a partir da estética do belo natural, é um elemento singular que se situa entre uma posição estética global, onde toda a natureza é bela, e a singularidade dos seres tomados individualmente e isolados de sua envoltória natural. Para Serrão (2004), a natureza das estéticas não é uniforme, com leis e princípios, mas uma realidade complexa e diversificada, composta por conjuntos e singularidades. Dessa forma, apreender esteticamente a natureza perpassa uma categoria diferenciada da unidade natural – a categoria da paisagem, visto que só ela possui a capacidade de manter todos esses traços e garantir a consistência dos elementos e sua integração em unidades amplas. A autora assim discute:

Paisagem refere-se, em sentido amplo, uma porção da natureza, uma parte da realidade natural, uma unidade diferenciada contendo os seres naturais no seu elemento próprio. Resguarda portanto a solidez de um conjunto, integrando nele os seus elementos e também todo o enquadramento vital. Um conjunto não idealizado [pela natureza], mas real, presente e, enquanto tal, visível e sensível, que se oferece à percepção (Serrão, 2004, p. 91).

Devido a essa particularidade, os teóricos da estética da natureza se preocupam em demarcar, de forma bastante nítida, uma diferença de abordagem entre a natureza estética e a objetividade das descrições da paisagem, através de tipologias e fisionomias, como são feitas no urbanismo, nas ciências geográficas e ciências da terra. Além disso, a estética da natureza distancia-se da abordagem paisagística como um panorama, vista, enquadramento, moldura, pano de fundo ou uma forma de espetáculo onde assistimos a ocorrência de determinado fenômeno. A estética da natureza, experienciada a partir da paisagem, reside na compreensão do nosso “*estar-em nela*”, isso é, a nossa experiência vivendo na natureza (Serrão, 2004). Simmel (2009, p. 6), nos explica que:

[...] para a paisagem, é justamente essencial a demarcação, o ser-abarcada num horizonte momentâneo ou duradouro; a sua base material ou os seus fragmentos singulares podem, sem mais, surgir como natureza – mas, apresentadas como “paisagem”, exige um ser-para-si talvez óptico, talvez estético, talvez impressionista, um esquivar-se singular e característico a essa unidade impartível da natureza, em que cada porção só pode ser um ponto de passagem para as forças totais da existência. Ver como paisagem uma parcela do chão com o que ele comporta significa, então, por seu turno, considerar um excerto da natureza como unidade – o que se afasta inteiramente do conceito da natureza.

Nessa discussão, a paisagem se configura como a natureza individualizada, em que se toma uma parte dela e atribui-se a esse recorte uma unidade particular. Mas aqui existe uma contradição, porque tratar a paisagem como uma porção da natureza seria uma definição contrária à totalidade da Natureza. Portanto, temos uma premissa a ser discutida: a paisagem não é só natureza e, como unidade, também não pode ser o simples agrupamento de elementos da natureza. Para constituir paisagem, é preciso uma lei, um princípio de ordem para o agrupamento de seus elementos, pois os elementos que vimos momentaneamente no horizonte, por si só, não configuram uma paisagem, isso é, a paisagem se sobressai à apreensão das coisas naturais singulares. A paisagem, para Simmel (2009), constitui uma camada intermediária entre elementos identificáveis um por um e a Natureza, aquela totalidade indivisível que Aristóteles (2009), em sua *physis*, caracteriza como o movimento contínuo de autogeração e destruição das formas.

A fórmula inconscientemente activa, que engendra a paisagem enquanto tal, não se apresenta de modo tão simples, e até talvez não se deva, em princípio, apresentar. O material da paisagem, tal como a simples natureza o fornece, é tão infindamente variado, tão mutável de caso para caso, que os pontos de vista e as formas, que aglutinam estes elementos naquela unidade de impressão, serão igualmente muito variáveis (Simmel, 2009, p. 8).

Tendo em vista essa infinita gama de possibilidades, o que define a unidade que chamamos de paisagem, que, por sua vez, é uma parte do todo único da natureza? Como uma paisagem é dividida e classificada como uma porção do território e, assim, adotada como um outro elemento, que expressa uma unidade em si? Serrão (2013, p. 9) entende que essa construção ocorre a partir de um processo em que “[...] a percepção (do sujeito) e a constituição (do objeto) são aqui um único acto, sendo a paisagem uma forma de ver o mundo natural não enquanto tal, como um em-si, mas já modelado pelo olhar humano”. De maneira didática, Simmel (2009, p. 9) explica essa construção da unidade da paisagem comparando-a com uma obra de arte pictórica:

O que o artista faz – extrair da torrente e da infinidade caóticas do mundo imediatamente dado um fragmento, apreendê-lo e formá-lo como uma unidade, que agora encontra em si mesma o seu sentido e intercepta os fios que a ligam ao universo e os reata de novo no ponto central que lhe é peculiar – eis o que também nós fazemos de um modo mais chão, com menos princípios, mais incerto nos seus limites, logo que contemplamos uma “paisagem” em vez de um prado, de uma casa, de um riacho e de um séquito de nuvens.

Portanto, a experiência estética da paisagem se configura como uma ponte entre a unidade do espírito e a Natureza. Para Simmel (2009), essa experiência pode ser interpretada como uma disposição anímica (*Stimmung*), caracterizada quando a percepção da experiência da natureza é apreendida como uma unidade, ou seja, não podemos distinguir este ou aquele elemento e nada se sobressai, pois cada item tem na paisagem seu papel individual, mas a apreensão do todo entra em sintonia com o espírito, em um deleite contemplativo que faz com que a paisagem seja algo além do simples agrupamento de elementos, pois subsiste da própria conformação desses elementos e da percepção humana que deles resulta. Esse sentimento faz com que um agrupamento seja lido como unidade, formando uma paisagem única dentro do conjunto totalitário da Natureza. Besse (2006, p. 45) apresenta um exemplo de *stimmung* quando analisa os escritos de Goethe sobre suas viagens pela Itália:

Ver a paisagem italiana é captar a verdadeira Natureza, que é simultaneamente a ordem do cosmo e da alma humana, combinados harmoniosamente num olhar. A paisagem italiana é vista por Goethe como reconciliação entre o exterior e o interior, entre o visível e o invisível. Esta paisagem é vista ao mesmo tempo como imagem idílica, evocação nostálgica, e como revelação da eternidade inapreensível da ordem cósmica, na tentativa de justificar a ideia de que uma totalidade rompida poderia ainda ser percebida em sua integridade a partir dos vestígios da separação. Toda aventura da paisagem, em particular das ruínas humanas e naturais que nela se dispersam, reside nesta tentativa.

Serrão (2013, p. 11) explica esse sentimento ao colocar a paisagem como uma “[...] categoria mista, cultural pela forma e natural pelo conteúdo, [...] uma síntese de subjectividade e objectividade, duplicidade de realidade e idealismo, em que Vida e intuição de Vida são indissociáveis”. Assim, a paisagem caracteriza uma terceira zona ontológica entre a sociedade e a natureza, pois, nos interstícios do social e do natural, a paisagem modifica o natural, visto que o natural não é mais natureza já que é fruto da percepção humana, e modifica também o social, quando entende que o humano não é só humano porque é fruto do natural.

Simmel (2009, p. 12) entende que para a apreensão da paisagem é preciso uma distância objetiva que permite ao nosso olhar “[...] jungir os elementos paisagísticos ora nesta ora naquele agrupamento, deslocá-los entre si de múltiplas maneiras, deixar variar o centro e os limites”, deixando explícita a importância da relação ser humano-natureza e da percepção-constituição do sujeito-objeto na composição da paisagem. Dessa maneira, também podemos chamar atenção para o papel do planejamento do espaço na construção do olhar paisagístico, isso é, o papel dos arquitetos e planejadores enquanto definidores dos enquadramentos e limites do campo visual e como isso influencia a experiência estética da paisagem.

O autor também interpreta que a sensibilidade para a paisagem surgiu tardiamente no entendimento da humanidade porque, para que isso fosse possível, era preciso o afastamento do sentimento de unidade da natureza, afastamento esse promovido pela evolução técnica e tecnológica que, segundo Serrão (2013), caracteriza, do ponto de vista filosófico, a grande tragédia da humanidade: a separação ser humano-mundo, a divisão sociedade-natureza. Serrão entende que a paisagem constitui uma noção moderna que tem o intuito de reconectar o ser humano com a natureza a partir do encontro entre a unidade do espírito e o ambiente natural.

Nessa seara, podemos perceber um problema filosófico na teoria de Simmel, baseado em uma contradição que o próprio autor identifica: a paisagem é uma espécie de síntese da totalidade da natureza, um trecho de sua unidade, mas, se a natureza é uma totalidade, ela não pode ser apreensível a partir de um simples olhar para o território, um lance de vista da paisagem. Quem responde essa contradição é Rosario Assunto (2013 [1974]), quando entende que o que está contido na paisagem é a *representação* do infinito da natureza e não a sua infinidade em si.

A partir disso, Assunto (2013) aborda a paisagem a partir de uma articulação espaço-temporal, identificando modalidades espaciais que se apresentam como paisagem e abarcam diferentes dimensões de tempo. Para o autor, paisagem e espaço abarcam um complexo sistema de temporalidades e temporaneidades, envolvendo o passado, o presente e o futuro. A temporaneidade possui uma dimensão quantitativa e exclusiva, uma perpétua remoção caracterizada pelo constante aniquilamento do presente face ao emergir do futuro. É, portanto, uma sucessão de transformações que acarreta sempre um novo presente efêmero “[...] que também ele se afundará, perseguido por um ulterior *não-ainda*, destinado, por sua vez, depois do estrépito de um instante, a apagar-se em qualquer possibilidade de ser recuperado, numa ausência ainda mais sombria do que aquela de onde o vimos momentaneamente surgir: a ausência do não-ser-mais” (Assunto, 2013, p. 351).

A temporalidade, por sua vez, seria qualitativa, inclusiva e integradora que prolonga o passado no presente, antecipa o futuro e, no futuro, o presente feito passado se conserva. Trata de uma temporalidade circular, sem começo e sem fim, que não corre linearmente rumo ao envelhecimento porque se rejuvenesce e se renova a cada instante (Assunto, 2013; Serrão, 2004). Isso é, cada elemento na paisagem, cada novo ser, antrópico ou natural, animal ou vegetal, a renova e a reconstitui de uma outra

maneira. Para Assunto (2013), o espaço tecnológico-industrial urbano e extra-urbano é a imagem do tempo como não-memória e não-espera, uma finitude que se afunda sobre si mesma. O espaço, lido alheio às suas paisagens, é a imagem do tempo como temporaneidade que exclui a temporalidade, pois nega a sua duração.

A relação espaço-temporal é doravante uma simples relação de mediação ou de concentração, e o sentimento de infinito tornou-se sofrimento pelo indefinido, cujas manifestações extremas são claustrofobia e agorafobia. O espaço da cidade já não é imagem do tempo como *temporalidade* (qualitativa) histórica, mas imagem do tempo como *temporaneidade* (quantitativa) *mecânica*: e o espaço em torno da cidade é um território de urbanização industrial ou agrícola-industrializada, no qual a paisagem morre porque o seu espaço é imagem da temporaneidade serial, e não do tempo como qualidade. Do tempo-quantidade, digamos, e não da temporalidade qualitativa. Daquela temporalidade qualitativa que, se nas cidades que antecederam a transformação tecnológico-industrial do mundo (e daquilo que nelas ainda sobrevive) era, como vimos, a temporalidade como *história*, aqui, no espaço extra-urbano na medida em que não foi ainda industrializado, ou nem sequer dividido em lotes para uma sua mais ou menos próxima urbanização, é a temporalidade enquanto *natureza* (Assunto, 2013, p. 356, grifos do autor).

A interpretação que temos dessa discussão sobre disposição anímica, conexão do espírito com a natureza, temporaneidade e temporalidade, expressos na paisagem, é que a apreensão espacial, tida a partir da paisagem, acarreta uma outra relação afetiva com a natureza, as pessoas e os seus territórios de vida. A apreensão do espaço, para constituir paisagem, precisa se temporalizar, entendendo os processos que geraram as realidades que observamos, lembrando o caráter de intencionalidade contido no ato de observar. A experiência estética com a paisagem e os elementos nela expressos precisa levar em conta a história ali contida, os símbolos, significados e ideologias, os laços afetivos que as comunidades historicamente construíram com os objetos e a natureza, visto que a planificação do espaço atenta contra a construção histórica de suas paisagens. A paisagem precisa ser tomada como uma dimensão da existência humana, refletindo-se em um ato político de leitura e intervenção do/no mundo.

Paisagem como possibilidade de leitura política do mundo

Discutimos o papel da estética da paisagem como ponte entre o espírito humano e a natureza, mas esse fator não deve ser tomado como produto último da contemplação do território. É preciso inserir nessa dinâmica um elemento político, isso é, a contemplação exercida com o intuito de promover uma interpretação ética do mundo. Ao considerar a paisagem como uma dimensão da existência humana, atribuindo à estética um estatuto ético, transformamos a contemplação em um ato político, um instrumento de valorização ambiental e cultural para a sociedade. Serrão (2013) discute que a conexão subjetiva promovida pela estética da paisagem é retomada e acrescida, nos dias de hoje, de uma dimensão moral:

A experiência estética, enquanto atitude de reflexão e prazer, que capta as coisas como elas são e as conserva sem intervir no seu ser, prestando atenção à presença do que está próximo, detém um lugar privilegiado no conjunto das dimensões humanas. É por esta razão que quando se passa do plano da contemplação para o da acção - em resposta à interrogação "o que devo fazer?" - esta comporta já uma

ética da não violência, que modela o agir segundo o desinteresse, o respeito e o cuidado para com o outro (Serrão, 2013, p. 21-22).

Se a experiência estética caracteriza a representação do infinito da natureza e configura uma ponte entre a unidade do espírito humano e a Natureza totalitária (Simmel, 2009), a apreciação paisagística pode servir também como um instrumento de educação ética, social e ambiental. Apreender esteticamente uma paisagem pode ser tomado como elemento de valorização da cultura dos povos e promover o sentimento de responsabilização pela manutenção dos traços dessa cultura, do respeito à natureza e a preservação dessas duas esferas.

Nesse raciocínio e considerando que a paisagem configura uma tentativa de reconectar o ser humano com a natureza, Serrão (2013) reflete que está cada vez mais enraizada, na sociedade atual, a ideia do declínio do mundo natural devido à ação humana. Isso é, o aquecimento global e os problemas ambientais ocasionam o desaparecimento de espécies e a escassez de recursos primários, a manipulação genética, a poluição química e outros impactos, que colocam em dúvida a naturalidade do que ainda há de natural no mundo. Nas palavras da autora, "[...] a questão actual da paisagem acompanha a crise da Natureza pois, quer enquanto estrutura basilar em perigo, quer enquanto crise da sua naturalidade, a distinção entre natural primevo, ou intocado, e natural trabalhado ou intervencionado, já mal se consegue discernir." (Serrão, 2013, p. 17). Para ela, esse distanciamento cada vez maior entre sociedade e natureza acaba por fazer com que a noção de paisagem seja aplicada a domínios não naturais, como as paisagens urbanas, industriais, etc. A crise da natureza na nossa sociedade, atrelado à expansão das cidades, paradoxalmente, não colocam a noção de paisagem em extinção, mas ocasionam a expansão do seu conceito:

[Paisagem] já não designa as porções tradicionais, idílicas ou maravilhosas ainda virgens; menos ainda designa o fundo teatral, a decoração, o enquadramento, a vista e o panorama, noções que a desvalorizam como objecto secundário ou oferecido à simples contemplação, mas os espaços integrados onde se desenvolve a vida concreta das pessoas, lugar de habitação, espaço de vida (Serrão, 2013, p. 17).

Nesse sentido, a natureza é algo importante, mas não é apenas ela que compõe a paisagem. A crise da natureza, caracterizada pelo afastamento do mundo natural, ocasionada pela intervenção do trabalho humano, coloca também a noção de paisagem em crise? Refletimos se essa expansão do conceito de paisagem trata mesmo de uma expansão, ou se não o reflexo dessa perda de sentido da paisagem ocasionada pela crise da natureza. Se a relação natureza-sociedade se encontra em crise, como a paisagem sobrevive, visto que é produto dessas duas esferas? Enquanto conceito, ela sub-existe de outras formas, as paisagens urbanas, sonoras, residuais, mas, ela também continua existindo enquanto dimensão da existência humana?

A cidade e a paisagem urbana podem configurar uma negação da paisagem, se considerarmos o dimensionamento estético de Assunto (2013). A noção contemporânea de paisagem, em diversos casos, é produto da crise social com a natureza, onde o advento econômico confunde paisagem e espaço, planifica-o e faz com que o indivíduo cidadão não tenha uma experiência estética com a paisagem: ele conhece a paisagem em pinturas, viagens de lazer, mas não trata de uma experiência mundana na sua vida cotidiana, não é um elemento que compõe o seu fluir vital de existência no mundo e sim um escape turístico, pontual.

Nessa lógica, Peries *et. al.* (2013) entendem que o desenvolvimento urbano acelerado atenta contra a paisagem na cidade, refletindo nas noções de patrimônio e equilíbrio ambiental e promovendo uma transformação desenfreada dos componentes paisagísticos. Em Assunto (2013), a paisagem é o ajuizamento estético do espaço, ou seja, o momento em que o ser humano aprecia o espaço através de um estatuto estético. Entretanto, essa esteticidade não é olhar para o espaço de maneira descompromissada, e sim perceber nuances da nossa atuação espacial que são contrárias à vida humana. É ajuizar, para além da estética, as condições de existência e sobrevivência, as nossas relações, como cada indivíduo valoriza as dimensões do seu existir, isso é, os lugares, territórios, ambientes, paisagens, natureza.

Souza (2018) discute que historicamente cabe ao conceito de território a interpretação da projeção das relações de poder no espaço geográfico, sendo essa dimensão concebida quase unanimemente como base das contradições e conflitos entre classes sociais. Ou seja, a dimensão política da vida humana geralmente é interpretada pelo conceito de território, sendo o espaço um elemento resultado de relações de manifestação e projeção de poder. Enquanto isso, na história da Geografia como ciência, a paisagem foi por muito tempo abordada a partir da contemplação, mas o autor discute que ela também pode ser uma base política da vida humana, trazendo a hipótese de que “[...] o conteúdo político da paisagem e do lugar pudesse trazer mais um tom de pacificação do que de combate” (Souza, 2018, p. 390), acarretando relações mais harmoniosas entre os seres humanos com a natureza e com eles próprios.

Nesse sentido, o autor entende que a dimensão política do território possui o caráter do conflito espacial, enquanto a dimensão política da paisagem abarca o sentido do acordo e da cooperação, olhando para as pessoas que existem dentro dela. Assim, entendemos o lugar do outro e a paisagem se torna o espaço do reconhecimento de necessidades comuns, pois todos estamos sobre a Terra e precisamos dos recursos da natureza para garantir a nossa existência:

Esse raciocínio automaticamente implica considerar o lugar, enquanto concretude da experiência de alguém no mundo, que só é possível de assim ser percebida/vivida em função da intuição/abstração das vidas que são diferentes, mas, que se encaram umas às outras a partir das diferenças, porém, reconhecem-se umas às outras por um fator de convergência muito elementar e essencial: são vidas no mundo, precisando da natureza, do espaço e do tempo de maneira igual para realizarem suas trajetórias de experiências enquanto tais vidas estiverem vivas (Souza, 2018, p. 390).

Em função desse debate, o autor discute que a experiência paisagística se apresenta de maneira distinta para os diferentes grupos sociais, podendo denunciar desigualdades socioeconômicas e a própria maneira como julgamos e subjugamos grupos sociais ou culturas diferentes da base a qual fomos criados. Por exemplo: a contemplação da paisagem se dá de modo diferente para quem mora em uma casa de luxo, à beira mar, e para quem divide espaços diminutos pauperizados nas grandes áreas de ocupação de baixa renda. Esse último grupo estaria mais distante da contemplação estética da paisagem, pois a necessidade de alimento e saneamento se sobressai e distrai a apreciação paisagística. Nesse sentido, a paisagem “[...] possibilita uma reflexão sobre o enlace entre estética e ética, permitindo que as pessoas percebam a importância de ver o mundo com os olhos da completação, mas, para além disso, também vejam o mundo com olhares críticos sobre os problemas que afetam diretamente a constituição de suas existências.” (Souza; Lindo, 2021, p. 275).

Quando promovemos esse debate na construção da dissertação, estávamos mais atentos a como essa discussão se refletia na interpretação de objetos patrimoniais, isso é, como entender a paisagem-patrimônio ou os patrimônios na paisagem e como os elementos patrimoniais podem nos auxiliar na compreensão paisagística ética e estética. Entendemos que a dimensão da paisagem na compreensão de elementos patrimoniais perpassa essa mesma dinâmica, pois permite perceber práticas espaciais e culturais que expressam a nossa relação com o espaço, com o mundo, com a natureza e com nós mesmos. Na paisagem-patrimônio, reconhecemos o lugar do outro, suas virtudes e a importância da diversidade e da diferença na constituição da sociedade humana. Com isso, aprendemos maneiras distintas de solucionar os problemas que encontramos em sociedade. A paisagem-patrimônio abarca o entendimento de que não somos todos iguais e não deveríamos ser, mas que o respeito e a valorização da vida do outro é necessária para a manutenção da nossa própria vida enquanto humanidade na Terra:

A paisagem enquanto elemento patrimonial perpassa a valorização e a preservação de modos de fazer e produzir o espaço humano no mundo, além do reconhecimento de que temos muito a aprender com outras culturas e outros grupos sociais. O patrimônio, sobretudo a paisagem como bem patrimonial, toca essa discussão: é a contemplação de determinado espaço a fim de reconhecer o lugar do outro e as potencialidades da relação do outro com o mundo e, com isso, repensar as nossas próprias práticas espaciais e sociais. A finalidade da preservação deve ser associada a essa perspectiva, senão cairemos em um discurso desprovido de significado, o “preservar por preservar”, sem uma análise crítica que produza uma relação mais ética de reconhecimento e valorização do lugar do outro (Zanatta, 2022, p. 46-47).

Nessa discussão, entendemos que a paisagem se torna uma possibilidade de leitura política do mundo quando, a partir dela, ajuizamos esteticamente o modo de vida das pessoas, entendemos o lugar do outro, suas lutas, suas artes, suas histórias. Ela se torna um ato político quando utilizamos suas manifestações como forma de denunciar práticas sociais e econômicas que vão de encontro à vida e à dignidade da vida humana.

No projeto de arquitetura ou urbanismo, ela é política quando manifestamos a lógica do cuidado com a natureza, com a sustentabilidade e com a cultura, isso é, com os elementos simbólicos que os agentes sociais historicamente construíram naquele espaço. As intervenções que planificam a paisagem, que fazem do espaço urbano um espaço genérico, sem identidade, atentam contra a própria constituição da cultura da sociedade, seus laços afetivos, seus patrimônios. Portanto, defendemos que a paisagem e suas possibilidades de interpretação e crítica social precisam ser incorporadas na nossa vivência de mundo, na análise das dinâmicas da sociedade, e precisam também se refletir na maneira como pensamos os espaços, como os transformamos, na lógica da valorização dos patrimônios historicamente construídos, mas também na lógica da segregação socioespacial, das desigualdades sociais, do afastamento da visão do outro que não agrada aos nossos olhos. O ajuizamento estético da paisagem deve ser um ato político que denuncia as violências seladas contra os seres humanos e a natureza.

Considerações finais

Como vimos, a noção de paisagem passou por diversas transformações ao longo da história da ciência, com desdobramentos críticos e ampliações disciplinares. Inicialmente ela caracterizava um movimento artístico, depois passou a abarcar um instrumento de análise científica e atualmente é abordada também como um elemento constituinte da vida humana. Essas transformações e ampliações demonstram a riqueza desse conceito que cada vez mais se torna foco de estudos e discussões nas ciências humanas, em razão de suas diversas possibilidades de interpretação do mundo e das dinâmicas da sociedade.

Esse trabalho deriva de uma discussão de mestrado sobre o papel do olhar paisagístico na interpretação patrimonial de elementos que são testemunhos da atuação humana no espaço. Aplicada às missões jesuítico-guaranis, que são fruto de relações de hibridismos culturais de tempos pretéritos, a noção da paisagem como visão política do mundo nos permitiu interpretar nuances espaciais daquele território que desvalorizam a história dos agentes históricos ali presentes. Principalmente, a pouca inserção dos povos indígenas nas dinâmicas contemporâneas daqueles patrimônios, negando atores sociais chaves do complexo patrimonial missionário (Zanatta, 2022). Atualmente, em pesquisa de doutorado, desenvolvemos uma discussão sobre como essa visão pode auxiliar a interpretação de dinâmicas sociais em espaços fronteiriços. O interesse é a prerrogativa da continuidade paisagística como potencial elemento articulador de atravessamentos e dinâmicas bilaterais de cooperação e desenvolvimento territorial em áreas de fronteira.

Por isso, optamos por desenvolver esse texto articulando perspectivas interdisciplinares de diferentes campos científicos para mostrar a importância da paisagem enquanto possibilidade de leitura política do mundo. Para além de um instrumento de projeto, a paisagem também pode ser um ato de posicionamento ético, moral e estético sobre as dinâmicas da sociedade perante a própria sociedade e a natureza. Em uma lógica de produção do espaço mundialmente homogêneo, a paisagem se torna política quando olhamos para nós mesmos e o nosso papel no mundo, valorizando os patrimônios, as culturas, as identidades dos lugares, a conexão com a natureza. Mas, além disso, quando também denunciarmos as desigualdades sociais que atentam contra a própria vida humana devido às condições precárias de vivência e existência que são reflexo da sociedade que nós mesmos criamos, muitas vezes negando o lugar do outro na paisagem.

As considerações paisagísticas aqui trabalhadas caminham no sentido de promover uma lógica mais amigável e compreensiva das nossas relações humano-humano e humano-natureza, atentando para a vida e para a dignidade da vida humana. A paisagem como leitura política do mundo faz pensar também no respeito aos lugares que, para nós, podem não significar nada, mas que, para outros indivíduos, representam espaços de vínculos emocionais. É o respeito à produção coletiva do espaço e às considerações afetivas dos indivíduos no espaço. Isso abarcaria uma lógica da não degradação ou vandalização dos ambientes, não só aqueles de reconhecido valor patrimonial, mas também aqueles que expressam *modus vivendi* das pessoas no mundo, evitando ações contrárias à paisagem, isso é, que modificam e vandalizam os espaços simbólicos de memória e vinculações afetivas. A paisagem, portanto, trata dessa visão política do mundo no sentido do respeito às pessoas, à natureza e a si próprios, visto que sem sociedade - e sem paisagem - seríamos meros entes perdidos no mundo.

Agradecimentos

Agradeço à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) pela concessão de bolsa de estudos, nível mestrado, que permitiu a elaboração da dissertação que originou esse trabalho.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARISTÓTELES. *Física I-II*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2009.
- ASSUNTO, Rosario. A paisagem e a estética. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). *Filosofia da Paisagem*. Uma Antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 341-375.
- BARBOSA, Liriane Gonçalves; GONÇALVES, Diogo Laercio. A paisagem em Geografia: diferentes escolas e abordagens. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, Anápolis, v. 3, n. 2, p. 92-110, 2014. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3122>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. *Une Géographie Traversière*. L'environnement à Travers Territoires et Temporalités. Paris: Éditions Arguments, 2002.
- BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. *RA'EGA*, Curitiba, v. 8, p. 141-152, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3389>. Acesso em: 4 maio. 2020.
- BERTRAND, Georges. En passant par le paysage... parmi lieux et milieux, environnements et territoires. In: *GÉODOC – Documents de Recherches de l'Institut Daniel-Faucher*. Toulouse: Université de Toulouse - Le Mirail, 2009.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BESSE, Jean-Marc. *O Gosto do Mundo: exercícios de paisagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- CASTRO, Fátima Velez. "Encham os olhos de paisagem!" - ensinando a observar em geografia. Uma proposta taxonômica. *Geografia: Publicações Avulsas*, Teresina, v. 3, n. 1, p. 40-57, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/geografia/article/view/11250>. Acesso em: 6 out. 2021.
- CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1996.
- KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. *Dimensões Morfológicas dos Lugares*. Dimensão Topoceptiva. Brasília, 2005.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

MACEDO, Silvio Soares. *Paisagem, Urbanização e Litoral - do éden à cidade*. 1993. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MACIEL, Ana Beatriz Câmara; LIMA, Zuleide Maria Carvalho. O conceito de paisagem: diversidade de olhares. *Sociedade e Território*, Natal, v. 23, n. 2, p. 159–177, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/3505>. Acesso em: 15 abr. 2021.

METAILIÉ, Jean-Paul; BERTRAND, Georges. *Les Mots de L'environnement*. Toulouse: Press Universitaires du Mirail, 2006.

MOURA-FÉ, Marcelo Martins De. Historicidade e contemporaneidade do conceito de paisagem. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), v. 10, n. 2, p. 101–114, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/download/9975/11818>. Acesso em: 15 abr. 2021.

PASSOS, Messias Modesto. *Paisagem e Meio Ambiente*. Maringá: EdUEM, 2013.

PERÍES, Lucas; OJEDA, Beatriz; KESMAN, Cecilia; BARRAUD, Silvina. *Procedimientos Para um Catálogo del Paisaje Urbano*. 1. ed. Córdoba: I+P Editorial, 2013.

SANTOS, Mário Ferreira. *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*. São Paulo: Ed. Matese, 2008.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'EGA*, Curitiba, n. 7, p. 79–85, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v7i0.3353>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/3353/2689>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Filosofia e paisagem. Aproximações a uma categoria estética. *Philosophica*, Lisboa, v. 23, p. 87-102, 2004.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: natureza perdida, natureza reencontrada? *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 7-27, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view>. Acesso em: 3 abr. 2021.

SILVA, Marcia Alves Soares. Temos o direito de imaginar na Geografia? Sobre imaginações, emoções e paisagens culturais a partir de uma perspectiva simbólica. In: TORRES, M. *Fronteiras da Paisagem*. 1. ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022, P. 221-256.

SILVA, Gladis de Fátima Nunes Da; OLIVEIRA, Ivanilton José De. Paisagem: evolução conceitual, interpretações e abordagens na geografia. In: XV EGAL - ENCUENTRO DE GEOÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2015, Havana, Cuba. *Anais [...]*. Havana, Cuba: Ed. da Universidad de Havana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Metodologicos/04.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias; VITTE, Antonio Carlos. A Paisagem em Humboldt: da instrumentalização do olhar a percepção do Cosmos. In: XII EGAL – ENCUENTRO DE GEOÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 2009, Montevideu. *Anais [...]*. Montevideu, Uruguai. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

org.mx/egal12/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/27.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da Paisagem*. Covilhão: LusoSofia Press, 2009.

SOUZA, Reginaldo José. Paisagem e lugar: alicerces de uma outra política. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 380-393, 2018.

SOUZA, Reginaldo José; LINDO, Paula Vanessa de Faria. A paisagem como visão política da natureza. In: FIDALGO, Pedro (org.). *Dinâmicas da Paisagem: entre a realidade e o desejo*. 4. ed. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2021, p. 265-280.

SOUZA, Reginaldo José; LINDO, Paula Vanessa de Faria; KOZENIESKI, Éverton de Moraes. Manifesto paisagístico por uma sociedade diferente da natureza. In: TORRES, M. *Fronteiras da Paisagem*. 1. ed. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022, p. 19-38.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova*, v. 5, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em: 9 mar. 2021.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, v. 6, n. 1, p. 131–150, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5240/3848>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VITTE, Antonio Carlos. Da sensibilidade à representação da paisagem: considerações sobre a estética da natureza como um recurso para a sensibilização ambiental. *RA'EGA*, Curitiba, n. 20, p. 7–17, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/20601/13736>. Acesso em: 3 abr. 2021.

ZANATTA, Yuri Potrich. *Paisagem, Patrimônio e Políticas Públicas: as missões jesuítico-guaranis como elo raiano na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai*. 2022. 185 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6153>. Acesso em: 05 dez. 2023.